

Jornalismo de dados e as contribuições da Lei de Acesso à Informação

Data journalism and the contributions
for the Access to Information Act

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo



JULIANO MAURÍCIO DE CARVALHO¹

ANDRÉ LUÍS LOURENÇO²

RESUMO

O artigo tem por objetivo debater o surgimento do conceito de jornalismo de dados e as contribuições da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, como mecanismo de auxílio à consolidação dessa nova modalidade jornalística no Brasil. Para tanto, por meio de revisão de literatura, desenvolve discussão acerca do conceito de jornalismo digital e do surgimento do jornalismo de dados como nova modalidade jornalística. Também empreende análise da Lei de Acesso à Informação com o objetivo de destacar os aspectos mais centrais no que tange o fomento à prática do jornalismo de dados. Desse debate, evidenciam-se contribuições da referida legislação ao setor, bem como novas tendências relativas à necessária realocação do jornalismo na sociedade às novas exigências da formação do novo profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo de dados. Lei de Acesso à Informação. Políticas de comunicação. Tecnologias da informação e da comunicação.

ABSTRACT

This article aims to discuss the emergence of the concept of data journalism and the contributions of Law 12,527, from 2011, the Access to Information Act, as a mechanism to help on the consolidation of this new journalistic modality in Brazil. To do so, through a literature revision, we discuss the concept of digital journalism and the emergence of data journalism as a new journalistic modality. It also undertakes an analysis of the Access to Information Act, aiming to highlight the most important aspects of the promotion concerning the practice of data journalism. From this debate, the contributions of the aforementioned legislation to the sector become evident, as well as new trends regarding the necessary reallocation of journalism in the society once taken into consideration the new requirements of the formation of this new professional.

KEYWORDS

Data journalism. Access to Information Act. Communication policies. Information and communication technologies.

Recebido em: 21/11/2016. Aceito em: 16/06/2017.

¹ Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Mestre em Ciência Política pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Bacharel em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Pós-doutor em Digitalização e Indústrias Criativas pela Universidade de Sevilha e em Televisão Digital na Europa pela Universidade Carlos III de Madri. Professor assistente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: juliano@faac.unesp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5849711278501873>.

² Doutorando e mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade do Sagrado Coração (USC). Professor do Departamento de Comunicação Social das Faculdades Integradas de Jaú (FIJ). E-mail: andrelorenco.jornalista@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3837519154356668>.

1 INTRODUÇÃO

O advento das novas tecnologias da informação e da comunicação tem alterado a forma como o jornalismo tem se desenvolvido ao longo das últimas duas décadas, seja no que diz respeito às formas e técnicas de apuração, seja nos modos de produção de narrativas.

As alterações estão diretamente ligadas ao acelerado crescimento no volume de dados disponíveis em rede, bem como ao fato de o jornalismo já não mais deter o monopólio sobre a produção de informações – uma vez que os próprios consumidores de informação passaram a ter uma potencial autonomia de navegação e coleta.

Isso faz com que surjam novas necessidades e exigências tanto da prática do jornalismo como por parte dos consumidores, o que significa que o excesso de informação tem contribuído para a ressignificação e reconfiguração do espaço do jornalismo na sociedade.

É nesse contexto de reformulação da função do jornalismo, permeado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, que surge o conceito de jornalismo de dados (JD) – uma nova modalidade de jornalismo, **corolária** do jornalismo digital, que tem como diferencial a aplicação de técnicas do raciocínio científico e de recursos tecnológicos como suporte para coleta, apuração e construção de narrativas digitais.

O JD se diferencia de outras práticas jornalísticas mais consagradas, como o jornalismo de precisão e a ‘reportagem assistida por computadores (RAC)’, em razão de estar influenciada por uma cultura de dados abertos, de acesso e disponibilização – reflexo da cibercultura.

Diante desse cenário, este artigo tem por objetivo debater o surgimento do conceito de jornalismo de dados e as contribuições da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, como mecanismo de auxílio à consolidação de uma nova modalidade jornalística no Brasil.

Para isso, por meio de revisão de literatura, o artigo debate o conceito de jornalismo de dados como vertente do jornalismo digital, descrevendo suas principais características, aplicações, benefícios e desafios. Em seguida, empreende-se a leitura e análise da Lei de Acesso à Informação com o objetivo de destacar os aspectos mais centrais no que tange ao fomento à prática do JD.

Como resultado do debate, apresentam-se considerações acerca das contribuições da Lei nº 12.527/2011 ao desenvolvimento do jornalismo de dados no Brasil, bem como indicações sobre novas tendências e discussões necessárias ao setor, sobretudo no que diz respeito à necessidade de recolocação do jornalismo na sociedade e à formação universitária dos novos profissionais.

2 O JORNALISMO NA INTERNET: MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO MODO DE PRODUÇÃO

As tecnologias digitais têm apresentado, desde a sua popularização nas redações jornalísticas, nos Estados Unidos e Europa nos anos de 1980 e no Brasil na década de 1990, uma série de transformações e novas possibilidades nos processos de produção e circulação de conteúdos. Apesar disso, aponta Alves (2006), as novas oportunidades proporcionadas pela ferramenta não foram de pronto aproveitadas.

86 |

Para Mielniczuk (2001, p. 2), o desenvolvimento do jornalismo na internet poderia ser dividido em três fases. A autora intitula a primeira de momento “transpositivo”, no qual a maior parte dos materiais veiculados na nova plataforma se referiam a reproduções das páginas dos grandes jornais impressos. Na verdade, aponta Alves (2006, p. 93), “o modelo dos jornais diários foi naturalmente adotado como metáfora para a organização e apresentação dos conteúdos naquele novo ambiente gráfico da Internet, um meio ainda precário e com predominância de texto.”

Explica o autor (ALVES, 2006, p. 94) que as empresas jornalísticas observaram as novas tecnologias digitais, com destaque à internet, não como uma nova plataforma, com características e potencialidades próprias, mas “como uma nova ferramenta para distribuir conteúdos, originalmente produzidos em outros formatos”, na condição de extensão ou complemento do produto jornalístico original. Assim, a primeira década do jornalismo desenvolvido em redes telemáticas³ foi caracterizada pela “simples transferência

³ Conforme Carvalho e Lourenço (2013, p. 188), “telemática é o termo utilizado para definir o conjunto de tecnologias de transmissão de dados resultante da junção entre os recursos das telecomunicações (satélite, telefonia, fibras ópticas, cabo etc.) e da informática (computadores,

do conteúdo de um meio tradicional para outro novo, com pouca ou nenhuma adaptação.” (p. 94).

Alves (2006) afirma que por questões de expertise e de ordem econômica, os veículos de comunicação tradicionais demoraram a apostar na internet como um novo meio capaz de garantir a sobrevivência da empresa no mercado, mesmo no contexto da sociedade da informação⁴ – o que teria ocasionado um legado de timidez no que se refere à criatividade e inovação.

O medo de canibalizar o meio tradicional e a preocupação em obter lucros imediatos limitaram bastante o ímpeto inovador, mesmo quando os problemas iniciais de acesso (velocidade das conexões, por exemplo) foram sendo eliminados. A utilização de narrativas que aproveitassem o hipertexto e a multimídia foi deixada de lado, enquanto se optava por ficar com o mais fácil: tomar emprestada uma linguagem mais simples, baseada principalmente em texto e na reciclagem de material já usado em outro meio, desperdiçando-se as novas possibilidades narrativas que a Internet oferecia. (ALVES, 2006, p. 94).

Apesar de criticar a falta de inovação e criatividade, Alves (2006) avalia o fenômeno como natural ao processo de transição de linguagens e formatos quando do surgimento de novos meios de comunicação, como foi observado no aparecimento do rádio e da televisão, no início e meados do século XX.

Segundo Mielniczuk (2001, p. 2), a segunda etapa de desenvolvimento do jornalismo na web é concomitante ao aperfeiçoamento da estrutura técnica e tecnológica. Embora ainda estivesse atrelado ao modelo do impresso, o jornalismo na internet inicia um processo de identificação de possibilidades e elaboração de produtos que aproveitassem oportunidades oferecidas pela nova tecnologia. Entre essas alterações estavam processos de interatividade entre veículo/repórter e leitor, recursos de hipertextos, instantaneidade de publicação etc.

softwares, periféricos e sistemas de redes). Esses recursos possibilitaram o processamento, a compressão, o armazenamento e a comunicação de grandes volumes de dados – em diferentes formatos – em curto espaço de tempo, entre usuários dos mais variados locais do planeta.”

⁴ Entendida aqui, conforme Tremblay (2011), como um novo paradigma técnico-econômico desenvolvido a partir da reestruturação do capitalismo, ocorrida entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, que inaugurou um novo modelo de produção econômica, de regulação social e de vida cultural, motivada pelos crescentes avanços no campo das tecnologias da informação e da comunicação, que geraram transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como fatores preponderantes insumos de informação e criatividade.

A terceira etapa de desenvolvimento do jornalismo na internet, conforme Mielniczuk (2001, p. 2), remontaria ao momento de surgimento de iniciativas empresariais e editoriais destinadas à internet. Com isso, extrapola-se a era da transferência de formato do impresso à internet e inicia-se um processo de desenvolvimento de formatos e linguagens próprios, com empresas e conglomerados de comunicação passariam a explorar a internet como suporte para novos veículos,⁵ não necessariamente desvinculados das plataformas analógicas, mas com aspectos, formatos e linguagens particulares.⁶

É importante salientar no contexto da evolução dos veículos de comunicação e do jornalismo que, segundo Alves (2006), diferentemente do surgimento dos veículos de radiodifusão, a internet representa não apenas um acréscimo de sentidos a serem explorados pela produção jornalística – audição, no caso do rádio, e visão, no caso da televisão –, mas uma mudança de paradigma comunicacional.

Para Gomes (2001, p. 3), na comunicação mediada pelos aparatos tecnológicos digitais, diferentemente do modelo comunicacional desenvolvido pelos meios tradicionais, a qualquer momento, sem autorização social e sem grandes investimentos em recursos, “(a) qualquer sujeito pode se tornar emissor, (b) qualquer receptor pode se tornar emissor e vice-versa, (c) qualquer receptor pode se transformar em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a por rede ou simplesmente repassando informações produzidas por outro.”

Essa multiplicação de agentes produtores de conteúdos ocasionou, evidentemente, o crescimento acelerado na quantidade de conteúdos disponíveis de toda natureza. Além disso, a internet também atribuiu, em tese,

⁵ Para Gomes (2001), a internet não pode ser considerada propriamente um meio de comunicação, mas refere-se à própria conexão ou conectividade material à disposição dos computadores – estes últimos, sim, funcionando como instrumentos de comunicação e, por meio dos quais, os veículos de comunicação passam a operar na produção e circulação de conteúdos. Fazem parte deste raciocínio quaisquer dispositivos de comunicação digital, fixos ou móveis, como microcomputadores, laptops, smartphones, tablets etc.

⁶ Evidentemente, entre a data da publicação de Mielniczuk (2001) e a publicação deste artigo, muitas tecnologias foram desenvolvidas no campo da comunicação na internet que certamente representam grandes modificações nas práticas e nas possibilidades de produção jornalística – como os sites de redes sociais Facebook, Twitter e Instagram. Porém, o raciocínio de Mielniczuk (2001) ainda é atual em razão de essas aplicações também serem consideradas produções elaboradas dentro das perspectivas de jornalismo desenvolvido na internet, ainda que possam servir de plataforma a outras iniciativas de comunicação.

uma possibilidade de liberdade na busca e gestão dos conteúdos a serem consumidos por parte dos usuários, como nunca havia ocorrido com outras formas de circulação de conteúdos.

Nota-se, portanto, que a internet possui potencial para superar barreiras de tempo e espaço, bem como aspectos relacionados ao sujeito produtor de informações e seu espaço na sociedade, ao mesmo tempo em que, por permitir a acumulação de conteúdo, pode romper paradigmas organizacionais que o jornalismo tradicional havia criado ao longo de sua existência – como, por exemplo, o monopólio sobre a produção de conteúdos de interesse público e cotidiano, bem como sobre a função de elo entre a sociedade e as instâncias político-administrativas do Estado, por exemplo.

Para Machado (2003, p. 19), sob a ótica do “fazer jornalístico”, as tecnologias digitais desencadearam um processo de utilização em duas vertentes. A primeira diz respeito ao uso da internet como ferramenta capaz de nutrir os jornalistas das organizações tradicionais com conteúdos complementares, coletados e tratados a partir dos princípios da apuração convencional do jornalismo – assim como Alves (2006) destaca ter acontecido na primeira década de surgimento da web, quase que de forma exclusiva, mas que ainda tem sido utilizada atualmente por questões econômicas e de expertise. O segundo aspecto refere-se ao fato de o conjunto de tecnologias que se comunica por meio da internet representar um ambiente diferenciado capaz de fundar uma modalidade distinta de Jornalismo, cujas etapas do sistema de produção podem ocorrer dentro dos limites do ciberespaço e utilizar ferramentas diversas de construção de narrativas.

As duas vertentes mencionadas por Machado (2003) se diferenciam pelo fato de que, na primeira, a utilização dos equipamentos tecnológicos possui caráter instrumental e, portanto, a produção jornalística ainda está assentada sob os mesmos pressupostos do jornalismo tradicional, ao passo que no Jornalismo desenvolvido por meio das redes telemáticas (jornalismo digital), na condição de nova modalidade jornalística, há a necessidade de criação de técnicas de pesquisa e apuração diferenciadas, adequadas ao novo paradigma de comunicação – seja no que se refere a linguagem, seja nos modelos de negócio.

Jornalismo de dados e as contribuições da Lei de Acesso à Informação

A grande questão que se impõe é, na verdade, a necessidade de o jornalismo ser repensado no que tange às suas expectativas e práticas, num contexto em que não mais exerce o monopólio sobre a produção de conteúdos de interesse público e cotidiano e nem a exclusividade função de elo a sociedade e as instâncias político-administrativas do Estado. Isso significa dizer que a própria função do jornalismo se reconfigura a partir da autonomia do indivíduo em relação à busca de informações, o que, por sua vez, passa a exigir a reconfiguração da prática jornalística na era da informação.

3 JORNALISMO DIGITAL: NOVOS PROCESSOS E RELAÇÕES ENTRE ASSUNTOS, FONTES E NARRATIVAS

De acordo com Machado (2003), o jornalismo digital se refere a uma nova modalidade de jornalismo cujo suporte de circulação inclui redes telemáticas ou quaisquer outros tipos de tecnologia que transmitam sinais numéricos (códigos binários) e que leva em consideração o fato da existência de interação entre o usuário e o produtor de informação.

Assim, continua Machado (2003, p. 24), para além de serem consideradas ferramentas ao dispor dos jornalistas, “as tecnologias de circulação e armazenamento de dados são o indício de fenômeno mais amplo que exige diferentes habilidades dos profissionais do jornalismo.”

O autor se refere aos bancos de dados (ou base de dados) como protagonistas desse processo de construção de novas habilidades na formação de profissionais da área, defendendo que o fenômeno afetaria tanto os meios e componentes do processo de produção quanto os próprios conteúdos.

Apesar de a utilização de bases de dados na produção de notícias jornalísticas não surgir junto com a internet, Machado (2003, p. 24) acredita que a facilidade de acesso e produção desses insumos de informação “lança os alicerces de um novo tipo de jornalismo, que liberta os profissionais dos pontos de vista limitados expressos por especialistas e fontes oficiais.”

Isso porque, historicamente, nos sistemas tradicionais de jornalismo, o profissional recorreu tendencialmente às fontes oficiais, ou personalidades reconhecidas, como estratégia de estabelecimento de critérios de legitimidade e confiabilidade na elaboração do produto jornalístico. Entretanto, alerta

Machado (2003, p. 25), esse tipo de abordagem, predominante na estrutura social nas sociedades industriais, “quando elegida como critério decisivo para a definição das pautas, arrisca a credibilidade da publicação pelo tom oficialista dos conteúdos.” Assim, os dados serviriam como mecanismos de sustentação da argumentação das fontes consultadas ou instrumentos ilustrativos do produto jornalístico – o que, apesar de útil, não altera a lógica tradicional de produção jornalística.

O autor ainda debate outra questão relevante no que se refere à exigência de novas habilidades no trato com dados disponíveis nas redes telemáticas. Machado (2003) se destaca o fato de que qualquer indivíduo ou instituição que possua condições técnicas minimamente adequadas⁷ passa a ter certa autonomia de consumo e de produção de informação. O contexto enseja o enfraquecimento do monopólio do jornalismo – e, por consequência, do jornalista – sobre a produção de informações confiáveis, já que o usuário interessado pode recorrer diretamente às fontes oficiais para obtenção dos dados – multiplicadas por meios das assessorias de comunicação, ainda que com caráter oficialista.

Assim, com o advento das redes telemáticas o papel desempenhado pelo jornalista, e a sua própria prática profissional, tem sido alterada, necessitando, ao mesmo tempo, de debate acerca de seu novo espaço e função social, bem como de seu modo de fazer jornalismo – levando em consideração o contexto de excesso de informações e fim do monopólio de produção de conteúdo, característica inerente e indissociável do universo do jornalismo contemporâneo.

Machado (2003, p. 25) chama a atenção para o fato de que a arquitetura descentralizada do ciberespaço desarticula o modelo clássico. Por esse motivo, o exercício do jornalismo em rede passa a depender do estabelecimento de critérios capazes de, ao mesmo tempo, garantir confiabilidade no processo de apuração e construir narrativas que estejam de acordo com as novas e múltiplas exigências e características de públicos que, em tese, se conformam de maneira ativa no processo de consumo de informação – diferentemente dos

⁷ Por condições adequadas entende-se, conforme Ferreira (2003), elementos que favoreçam a plena utilização da internet, como infraestrutura, acesso, educação formal e educação para o uso das tecnologias da informação e da comunicação.

públicos/audiências consolidadas no contexto da comunicação em plataformas analógicas.

Portanto, até aqui, é possível afirmar que o jornalismo digital deve se desenvolver como nova modalidade de jornalismo, na medida em que suas bases paradigmáticas estão assentadas em pressupostos diferenciados em relação ao jornalismo tradicional, sobretudo no que tange à relação com as fontes oficiais, à utilização das bases de dados, ao tratamento da multiplicidade de informações disponíveis em redes, bem como às formas de narrativas para circulação dos novos conteúdos – tendo-se em vista as novas possibilidades e exigências de um público consumidor cada vez mais autônomo, ativo e heterogêneo.

Evidentemente, dentro dessa modalidade distinta de jornalismo denominado de ‘digital’, outras subcategorias podem aparecer no exercício de seu desenvolvimento – como ocorreu em outros momentos da história da atividade. E é justamente nesse contexto que surge, a partir da primeira década do século XXI, o conceito de jornalismo de dados – foco primeiro deste artigo.

92 |

4 O JORNALISMO DE DADOS: NOVAS TECNOLOGIAS, RACIONALIDADE CIENTÍFICA E CULTURA DE DADOS ABERTOS

De acordo com Träser (2013, 2014), o termo jornalismo de dados compreende uma série de práticas e procedimento profissionais, cujo elemento essencial é a utilização de dados como fonte principal para a produção de narrativas jornalísticas. Isso significa que as bases de dados representam a própria estrutura e organização da composição e apresentação dos conteúdos.

Nessa vertente do jornalismo digital, aponta Barbosa (2007, p. 27), as bases de dados passam a exercer a função de definidoras de toda a estrutura produtiva do jornalismo praticado em rede, orientando a criação, publicação, circulação e atualização de conteúdo pelos mais diferentes meios existentes no ciberespaço.

Träser (2013, p. 2) ressalta que o JD tem por objetivo produzir conteúdo jornalístico a partir da coleta, apuração, tratamento e cruzamento de grandes

quantidades de dados. Com isso, essa modalidade de jornalismo digital intentaria o desenvolvimento de “reportagens a partir de conjuntos de dados, circulação em diferentes plataformas (computadores pessoais, smartphones, tablets), geração de visualizações e infografias.”

Conforme o autor, a partir do momento em que as bases de dados estiverem disponíveis ao exercício profissional do jornalismo, seus dados podem ser utilizados e reaproveitados de diversas maneiras, em diferentes configurações narrativas, que incluem múltiplas temáticas para a organização e apresentação de novos conteúdos. Isso significa dizer que a construção e aproveitamento de dados disponíveis em bases digitais são materiais que não ‘envelhecem’ e não perdem sua potencialidade de produção de novas notícias – conforme, é claro, a habilidade do jornalista, o que traz à tona a necessidade de competências não apenas de leitura, mas de produção de novos dados.

Porém, falar em JD não é apenas pregar a utilização de informações disponíveis em bases de dados digitais para construir narrativas noticiosas. Trata-se de promover um processo de construção jornalística de forma mais isenta com relação às fontes tradicionalmente utilizadas como oficiais – autoridades, personalidades, especialistas.

Fazer jornalismo de dados, portanto, significa o esforço do jornalista em produzir ou manejar um volume gigantesco de dados, ou seja, proporcionar condições para que os dados se tornem capazes de se transformarem na própria fonte informativa da reportagem jornalística. Trata-se de produzir informações que possam ser, por si, confiáveis e objetivas, em oposição à utilização das fontes tradicionalmente utilizadas pelo jornalismo convencional.

Para tanto, destacam Barbosa (2007), Träser (2013, 2014), Fotios (2015) e Vasconcellos, Mancini e Bittencourt (2015), o jornalismo de dados demanda a utilização da racionalidade científica no processo de construção dos dados utilizados. Essa construção científica da própria fonte de informação se configura no sustentáculo da reportagem e representa o diferencial dessa modalidade de jornalismo em relação ao modelo tradicional de produção.

Relembra Träser (2014), que o fundamento da racionalidade científica aplicado ao jornalismo tem origem nos Estados Unidos, no final da década de 1960, na cidade de Detroit. O autor aponta que a referida cidade estadunidense,

Jornalismo de dados e as contribuições da Lei de Acesso à Informação

em julho de 1967, vivenciou um período de distúrbios sociais, após a ação da polícia local em invadir um bar clandestino na madrugada. O enfrentamento entre clientes e polícia inflamou outros cidadãos. Após cinco dias de conflitos, foram contabilizados 43 mortos, cerca de sete mil detidos e quarteirões inteiros da cidade queimados.

Conta o autor (TRÄSER, 2014, p. 97) que, na ocasião, não havia uma explicação proporcionada por autoridades locais para a origem e nem a proporção dos enfrentamentos. Porém, a cobertura na imprensa sugeria que os baderneiros seriam parte das camadas sociais excluídas, ou imigrantes do sul dos Estados Unidos, em sua maioria negros, ainda pouco assimilados à cultura local.

É nesse momento, frisa Träser (2014), que o repórter Philip Meyer, que acabara que concluir seus estudos em Ciências Sociais na Universidade de Harvard, propõe a utilização de métodos de investigação da sociologia para buscar informações mais precisas para cobertura dos conflitos. Auxiliado por Nathan Caplan, psicólogo do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Michigan, que estava interessado em pesquisar as raízes do conflito, Phillip Meyer conduziu a aplicação de um questionário, baseado numa amostra representativa da população dos bairros afetados, para investigar a identidade e a atitude política dos amotinados.

Os questionários foram tabulados e analisados por Meyer e Caplan, e o resultado desse estudo, que desmentiu as sugestões da imprensa, sustentou a produção das reportagens sobre o conflito. Portanto, a fonte da produção jornalística foi o próprio estudo desenvolvido, independentemente das fontes oficiais da época.

Seis anos após o episódio, Phillip Meyer publicou o livro *Jornalismo de precisão* (1973), no qual defendia que a primazia da objetividade nas redações jornalísticas e na produção de conteúdo deveria ocorrer sustentada pela aplicação de métodos das Ciências Sociais. Apesar de importante, os princípios do jornalismo de precisão não foram amplamente aplicados – seja pela dificuldade operacional e de qualificação profissional, seja pela falta de interesse das empresas jornalísticas em produzir um jornalismo que venha a se colocar em oposição a interesses outros que não o ‘público’ (TRÄSER, 2014).

Esse conceito avançou com o surgimento e popularização dos computadores nas redações jornalísticas, fundamentando o conceito de reportagem assistida por computadores (RAC) – que compreende a utilização de métodos das Ciências Sociais aliados às tecnologias da informática como facilitadores do trabalho de apuração e produção de dados no âmbito do jornalismo. Desenvolvido ao longo das décadas de 1980 e 1990 – nos Estados Unidos e no Brasil, respectivamente –, esse conceito não se popularizou em razão do alto custo e da falta de expertise dos profissionais do jornalismo no trato com os sistemas computacionais de gestão e armazenamento de dados (TRÄSER, 2013, 2014).

Ocorre que essas práticas receberam novo impulso na década de 2000, a partir do desenvolvimento de ferramentas gratuitas e abundantes para análise de bases de dados, bem como em decorrência da adoção de políticas de acesso à informação por parte de governos e organizações – fazendo com que cada vez mais dados estivessem disponíveis aos jornalistas –, e ao público em geral, evidentemente, àquela parcela detentora de condições de acesso e educação suficientes para que possa ocorrer a gestão desse conteúdo bruto.

Assim, é possível afirmar que o jornalismo de dados representa uma evolução dos conceitos de jornalismo de precisão e de reportagem assistida por computadores. Essa evolução está motivada pelo acréscimo da cultura dos dados abertos – seja de instituições ou dos próprios dados produzidos – numa perspectiva de construção de narrativas condizentes com a convergência midiática e com os novos consumidores de informação. Isso significa que a produção do jornalismo na modalidade ‘de dados’ demanda a disponibilização dos dados brutos construídos pelo profissional por meio da racionalidade científica, reforçando a cultura de ‘dados abertos’ – que se refere a uma característica inerente ao ciberespaço.

Assim, para além das tecnologias, que são necessárias à produção e à circulação de notícias resultantes da prática do JD, essa vertente do jornalismo digital busca um retorno à objetividade e independência dos jornalistas em relação aos enquadramentos viciados proporcionados pelas fontes oficiais e profissionais do jornalismo tradicional, ao mesmo tempo em que estimula o

consumidor de informação na construção de suas próprias experiências de leitura e construção de significados de mundo.

O ideal por trás deste projeto, nascido no âmbito da cultura profissional jornalística, é o de uma imprensa capaz de dirigir a percepção da realidade social de maneira independente de preconceitos, vieses e ideologias, por meio da aplicação do pensamento tecnológico às rotinas produtivas. (TRÄSER, 2013, p. 5).

Evidentemente, apesar de um otimismo justificável de Träser (2013) em relação à possibilidade de ampliação da isenção da produção jornalística a partir da aplicação de métodos científicos, não se pode deixar de lado o fato de que nenhum tipo de produção humana está isenta da influência das condições de produção e existência daqueles que estão envolvidos no 'fazer jornalístico'. Porém, é fato que, dado o potencial em atuar como incremento informacional na esfera pública de modo independente de enquadramentos ideológicos específicos, o JD coloca-se como instrumento de avanço das democracias contemporâneas. Isso porque, por meio dessa prática, o jornalismo desenvolve ferramentas potencialmente capazes de atuar de maneira mais vigilante com relação, por exemplo, aos modos de gestão dos recursos públicos pelos governos e entidades vinculadas. É claro, também, que o desenvolvimento do jornalismo não deve depender apenas do fornecimento oficial de informações, porém, há que se considerar que o descerramento dos dados governamentais, por exemplo, é um estímulo fundamental ao desenvolvimento desse segmento do jornalismo digital e, por consequência, instrumento de democratização do Estado.

96 |

5 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: O INCREMENTO LEGAL À PRÁTICA DO JORNALISMO DE DADOS

Apesar de não o único vetor, o fato de um governo abrir seus dados para o público é fundamental para o estímulo à consolidação do jornalismo de dados. Nesse sentido, o advento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, pode contribuir para o fomento ao desenvolvimento do jornalismo de dados, uma vez que reduz barreiras à obtenção de informações e, por consequência, facilita o trabalho de construção

de bases de dados sobre questões públicas no Brasil – é claro, caso o profissional do jornalismo disponha de todas as condições necessária para a produção.

De acordo com Lins (2013, p. 35), a legislação representa um importante avanço democrático em função de suas determinações acerca da ampla abertura de dados relativos aos gastos públicos e às decisões administrativas em todos os poderes.

Interessante notar que, para além das exigências sobre transparência na administração direta, autarquias, fundações e empresas públicas, a legislação também determina a necessidade de as entidades privadas, sem fins lucrativos, receptoras de recursos públicos prestarem contas sobre a aplicação dos repasses (artigo 2º). Essa medida tem potencial de permitir ao cidadão comum e entidades, e no caso específico do interesse deste artigo, aos jornalistas, acompanhar de forma ampla a aplicação do recurso público – podendo-se produzir, por exemplo, bases de dados próprias sobre temáticas de interesse jornalístico. Essa determinação coloca sob controle social não apenas os agentes públicos, mas os agentes privados sem fins lucrativos prestadores de serviços públicos.

Essa perspectiva de aplicação da lei em favor do jornalismo de dados é reforçada pela obrigação, conforme inciso I do artigo 7º, de os órgãos públicos e agentes privados oferecerem “orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.” Isso, por si, já contribui para autonomia de navegação e possibilidade de coleta de dados interessantes à produção jornalística e ao controle social da ‘coisa pública’.

No mesmo sentido, outro dispositivo relevante diz respeito ao contido no artigo 8º, que afirma a obrigatoriedade do estado na publicidade dos dados por diversos meios, inclusive com publicação em sites oficiais na internet, sem a exigência de requerimentos – salvo em ocasiões especiais. Aliado a isso, a legislação apregoa que quaisquer cidadãos ou entidades, mediante identificação (artigo 10), e de forma gratuita (artigo 12), podem acessar os dados disponibilizados ou requerer dados que não estejam facilmente acessíveis.

Jornalismo de dados e as contribuições da Lei de Acesso à Informação

Essas determinações apontam para uma mudança de postura governamental de oferecimento prévio de informações, a despeito da cultura de segredo que envolveu o estado brasileiro ao longo dos anos. No caso do jornalismo de dados, trata-se de uma medida fundamental, pois permite liberdade de produção e estímulo à criatividade na proposição de pautas, uma vez que os próprios dados já disponíveis podem estimular a construção de novas abordagens que, sem que estivessem às claras a priori, poderiam não terem sido pensadas pelo profissional.

Outra questão bastante relevante para a abordagem do JD é a possibilidade de recursos às eventuais negativas de acesso por parte do estado. Nos artigos 15 ao 18, o texto deixa claro que nenhuma negativa de acesso à informação governamental é incontestável. Evidentemente, em caso de entendimento judicial pelo sigilo, a informação deverá ser protegida. Ocorre que, no caso de entendimento contrário, o estado passa a ser obrigado a fornecer o dado solicitado – o que garante proteção judicial às ferramentas de produção do jornalismo de dados.

98 |

Outra garantia interessante à produção do JD diz respeito aos ditames do artigo 32, mais precisamente em seus incisos I, II e III. Nesse momento, o texto legal aponta como condutas ilícitas práticas que venham a atrapalhar o acesso às informações dos governos. Assim, tornam-se contravenções a recusa ou o retardo do fornecimento, bem como a incorreção, incompletude ou imprecisão intencional dos dados. Importante salientar que a legislação também condena a utilização indevida, assim como a subtração, destruição, inutilização, total ou parcialmente, das informações que estejam sob a tutela do estado. A ação com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação também se configura como contravenção.

Embora existam limites e especificidades na legislação que podem ser peça de crítica entre pesquisadores, é fundamental que se frise que a Lei de Acesso à Informação representa um avanço no tocante à democratização do estado e da possibilidade de controle social da política brasileira.

Evidentemente, o fato de os dados estarem disponíveis não significa que sejam facilmente compreensíveis ou contextualizáveis, em razão de a interpretação demandar competências específicas do consumidor dessa

informação. E é justamente nesse sentido que o jornalismo de dados pode ajudar.

6 CONSIDERAÇÕES: DISCUSSÕES PERTINENTES AO AVANÇO DO JORNALISMO DE DADOS

A sociedade da informação e o avanço tecnológico têm ocasionado transformações em diversos setores, num processo contínuo de mudança cultural, nos modos de produção e consumo, bem como de sociabilidade. Também vêm à tona conflitos e novas exigências, seja para os indivíduos ou para as organizações públicas e privadas.

O jornalismo tem sofrido transformações em suas estruturas organizativas e produtivas, assim como em relação ao próprio espaço ocupado na sociedade, o que demanda tanto das empresas jornalísticas quanto dos profissionais compreensão acerca do desse deslocamento para que sejam desenvolvidas as adaptações e os avanços necessários para sua perenidade.

O jornalismo de dados surge no contexto de grandes volumes de informação e recolocação do jornalismo no espaço social, absolutamente permeado pelas tecnologias digitais, e pode fornecer indícios para investigações acerca do papel da prática jornalística na era digital.

Se os sistemas consagrados de produção jornalística já não mais dão conta de ampliar os aspectos de audiência e suprir a necessidade do setor enquanto modelo de negócio, há que se pensar no jornalismo de dados como alternativa de construção de novos modos de produção.

Trata-se de uma nova modalidade de jornalismo que demanda competências hoje nem tão exploradas nas formações universitárias, como programação computacional e metodologia científica aplicada à produção jornalística.

O que se percebe é que pode haver duas causas principais para a morosidade do desenvolvimento de iniciativas de jornalismo de dados no Brasil: ausência de interesse em descortinar a realidade social a partir da produção de reportagens de profunda objetividade; ou ausência de competência profissional para execução de empreitadas nesse segmento de jornalismo.

Jornalismo de dados e as contribuições da Lei de Acesso à Informação

É importante ressaltar que, com o volume de dados disponíveis na internet, sobretudo a partir da implementação das medidas determinadas pela Lei de Acesso à Informação, o JD se mostra uma modalidade de baixo custo, ao mesmo tempo em que se aponta como revigorante da esfera pública e do controle social dos governos.

Assim, do ponto de vista do jornalismo de dados, a legislação representa o surgimento de milhares de novas fontes de dados brutos para apuração e cruzamento, de forma a permitir o desenvolvimento de novas narrativas jornalísticas sob a ótica dessa nova modalidade alicerçada em bases de dados. Ao mesmo tempo, por se mostrar de baixo custo, o JD pode representar o incremento a novos modelos de negócios.

A abertura dos dados públicos à sociedade por meio da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, é por si uma vitória. Ocorre que a pura disponibilização não garante uma melhoria no controle social dos governos.

Assim, é possível afirmar que o jornalismo de dados surge como esperança em duas direções distintas. De um lado, pode ser considerado uma possibilidade de melhoria na prática e no modelo de negócio do jornalismo, já que se mostra de caráter objetivo e de baixo custo de produção. De outro, se coloca como pivô de uma renovação no descortinamento de governos, já que a disponibilização dos dados muitas vezes não garante a compreensão ou contextualização, realocando a função do jornalismo na evidência e publicização dos sentidos possíveis das informações disponíveis em rede – promovendo novos enfoques nos debates da esfera pública.

Portanto, cabe evidenciar, os fenômenos analisados neste artigo indicam uma série de direções ao debate contemporâneo sobre o jornalismo. A primeira questão diz respeito ao novo espaço do jornalismo na sociedade em decorrência de uma tendência de disseminação na utilização das tecnologias da informação e da comunicação e o fato de o conceito de jornalismo de dados estar absolutamente alinhado às necessidades dos novos consumidores de informação em rede.

Outra questão relevante se refere ao fato de a constante abertura dos dados por governos não representar uma publicização total das informações públicas, uma vez que a coleta e interpretação dos dados demanda um a série

de competências, seja por parte da sociedade ou dos jornalistas, que muitas vezes ainda não foram incorporadas às práticas cotidianas.

Por fim, mostra-se fundamental que o debate sobre incorporação das técnicas do raciocínio científico seja intensificado nos cursos de jornalismo, uma vez que a aplicação metodológica de técnicas científicas como aliada à produção jornalística, o jornalismo de dados em si, mostra-se como tendência do setor e como nova necessidade da sociedade consumidora de informações – reconfigurando a prática e as funções do jornalismo. 

REFERÊNCIAS

ALVES, Rosental Calmon. Jornalismo digital: dez anos de web... E a revolução continua. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 9, n. 10, p. 93-102, jan./dez. 2006. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1157>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

BARBOSA, Suzana (Org.). **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã: Labcom, 2007.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CARVALHO, Juliano Maurício de; LOURENÇO, André Luís. Clivagem da democracia no plano digital da esfera pública. In: CARVALHO, Juliano Maurício de; MAGNONI, Antonio F.; PASSOS, Mateus Y. (Orgs.). **Economia política da comunicação**: digitalização e sociedade. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652003000100004>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

FOTIOS, Ricardo. Análise quantitativa criativa aplicada ao ensino e à prática do jornalismo de dados para alunos da graduação em Comunicação Social. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 20., 2015, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: Intercom, 2015. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-1602-1.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

GOMES, Wilson. Opinião pública na internet: uma abordagem ética das questões relativas à censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10., 2001, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Compós, 2001.

Jornalismo de dados e as contribuições da Lei de Acesso à Informação

Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1254.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

LINS, Bernardo E. **Perspectivas da regulação de mídia no Brasil** - estudo técnico da Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados/Consultoria Legislativa, 2013.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

MIELNICZUK, Luciana. Características e implicações do jornalismo na web. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2., 2001, Lisboa. **Anais eletrônicos...** Lisboa: Sopcom, 2001. <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

ROTHBERG, Danilo; NAPOLITANO, Carlo José; RESENDE, Letícia Passos. Estado e burocracia: limites de aplicação da Lei de Acesso a Informações no Brasil. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 108-117, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2013.152.04/2009>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

TRÄSER, Marcelo Ruschel. **Entrevistando planilhas**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. 2014, 314 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

102 |

_____. Jornalismo guiado por dados: relações da cultura hacker com a cultura jornalística. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 22., 2013, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Compós, 2013. Disponível em: <http://compos.org.br/data/biblioteca_2065.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

TREMBLAY, Gaëtan. Desde la teoría de las industrias culturales: evaluación crítica de la economía de la creatividad. In: BUSTAMANTE, Henrique (Org.). **Industrias creativas**: amenazas sobre la cultura digital. Barcelona: Gedisa, 2011.

VASCONCELLOS, Fábio; MANCINI, Leonardo; BITTENCOURT, Carolina. Cinco categorias de jornalismo de dados ou uma proposta para problematizar o jornalismo a partir de dados no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Abraji, 2015. Disponível em: <<http://www.abraji.org.br/congressos/10o-congresso-internacional-de-jornalismo-investigativo>>. Acesso em: 13 jun. 2017.